

Onze de Agosto, dia do
estudante / 02

O poder e a responsabili-
dade de ser historiador / 06

Inclusão de pessoas surdas e a
LIBRAS! Entrevista com o pro-
fessor Thábio A. da Silva / 09

pibid zine

PIBID HISTÓRIA UFJ



INCLUSÃO DE PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA NA
EDUCAÇÃO / 04

PibidZine, n. 4
Ago. / Set. 23

Imagens:
Acervo do Canva

Projeto Gráfico e Editorial:
Clarissa Adjuto Ulhoa

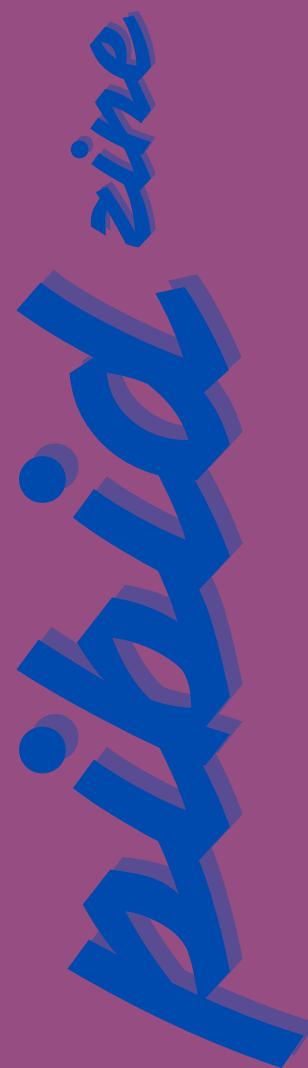
Diagramação:
Clarissa Adjuto Ulhoa

Matérias e Entrevista:
Alanis Gomes Ferreira dos Santos
Danúbia Aparecida da Silva
Gabriel Erlacher Vidal Gomes
Nicolas de Jesus Severino de Resende

Colaborador:
Eder Mendes de Paula

Projeto Parceiro:
Me Conta Essa História

PibidZine é uma revista bimensal do PIBID do Curso de História da Universidade Federal de Jataí. O subprojeto é coordenado pelos professores Eder Mendes de Paula (coordenador titular) e Clarissa Adjuto Ulhoa (coordenadora voluntária).



pibid zine



ONZE DE AGOSTO, DIA DO(A) ESTUDANTE: *origem, importância e reflexões*

Por Nicolas de Jesus Severino de Resende

No dia 11 do mês de agosto foi comemorado o Dia do Estudante, data escolhida em referência ao fato de que em 11 de agosto de 1927 D. Pedro I inaugurou os dois primeiros cursos superiores do Brasil. Essa foi também a data escolhida para a criação, em 1938, da União dos Estudantes do Brasil, conhecida pela sigla UNE, uma das principais entidades responsáveis por lutar em prol do direito dos estudantes no país.

Nesse dia temos a oportunidade de lembrar a importância da educação, tal como afirma Paulo Freire: “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas e as pessoas transformam o mundo”. Mas, mais do que isso, é momento de lutarmos pela educação que queremos. Em todo o Brasil estudantes vão às ruas se manifestarem contra os retrocessos e a favor de melhorias para a educação nessa data.

Neste ano de 2023 a principal pauta das manifestações foi a Reforma do Ensino Médio, que tem sido considerada uma forma de excluir os estudantes de escolas públicas da oportunidade de passarem por todas as áreas do conhecimento, assim como diminui a possibilidade de se aprofundar o que aprendem ([clique aqui](#) e leia nossa matéria sobre isso publicada na última edição).

Nas universidades o movimento estudantil se organiza em torno das seguintes entidades: os Centros Acadêmicos de cada curso (CAs) e os Diretórios Centrais de Estudantes de cada instituição de ensino superior (DCEs). E para além da UNE, que é uma entidade nacional, tem também a União Estadual dos Estudantes, que carrega a sigla UEE. Portanto, a ideia é que todas essas instâncias trabalhem de forma conjunta.

Mas não são só as universidades que têm um movimento estudantil organizado, existem também estudantes do ensino básico que compõem os chamados Grêmios Estudantis, especialmente nas escolas públicas. Em nível nacional, tem a União Brasil dos Estudantes Secundaristas, que tem UBES como sigla, criada no ano de 1948. E existem, ainda, uma infinidade de organizações de jovens ligadas a diferentes partidos políticos.

O movimento estudantil foi fundamental em diferentes momentos da história brasileira. Foi protagonista na luta contra a ditadura militar entre os anos 1960 e 1980, assim como foi fundamental na luta contra a privatização da educação pública em estados tais como São Paulo e Goiás nos últimos anos. E segue sendo essencial para barrar retrocessos e conquistar melhorias.



INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO

por Danúbia Aparecida da Silva

A luta das pessoas com deficiência em prol de seus direitos não é de agora. Os movimentos sociais dedicados a esse objetivo começaram a se estruturar no Brasil a partir do final dos anos 1970. Naquele momento, queriam superar a ideia de que o apoio às pessoas com deficiência deveria vir da caridade, para fortalecer a concepção de que esse apoio deveria vir em forma de políticas públicas. Nesse período as pessoas com deficiência se tornam as maiores protagonistas. Dentre as pautas sempre esteve a inclusão dessa parcela da população na educação.

Segundo matéria do G1, produzida por Bruna Miato e publicada em 2023, o Brasil tem cerca de 18,6 milhões de pessoas com deficiência, considerando a população com idade igual ou superior a 02 anos. Esse número equivale a cerca de 8,9% da população brasileiras. Ainda de acordo com a matéria, 89,3% das crianças de 06 a 14 anos frequentam o ensino fundamental, o que mostra que a maioria está na escola. No entanto, no caso dos adolescentes de 11 a 14 anos a quantidade daqueles que frequentam a escola cai para 71,3%. E continua caindo para a faixa etária de 15 a 17 anos, idade em que deveriam estar cursando o ensino médio, mas apenas 54,4% efetivamente frequenta a escola.

Esses números são alarmantes e apontam para a necessidade de a sociedade e os poderes públicos olharem com atenção para as demandas das pessoas com deficiência. No geral, uma série de avanços ocorreram ao longo do tempo, mas ainda existe um longo caminho pela frente. Mais políticas públicas que tornem a educação inclusiva em todas as suas etapas. E isso precisa acontecer não só em relação à acessibilidade física, mas também no sentido de oferecer formação aos professores e adaptar os currículos.

No caso da educação voltada para pessoas com deficiência intelectual, por exemplo, é preciso abordar as necessidades educacionais específicas, mas sem perder de vista os princípios fundamentais da educação oferecida a todos. A escola deve ser concebida como um ambiente democrático em que todos os estudantes desfrutem de igualdade de direito no acesso a uma educação de excelência. Essa ideia de igualdade de direitos na educação é crucial, pois significa que não importa quem somos ou quais desafios enfrentamos, todos merecem educação de qua-

lidade. Todos merecem ser preparados para o mundo, assim como todos têm o direito de receber o que precisam para realizar seus sonhos.

No ano de 2015 foi publicada a Lei n. 13143, que traz em seu artigo 27 a necessidade de a educação não excluir ninguém, de modo que cada pessoa possa desenvolver suas habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais da melhor forma possível e de acordo com suas singularidades. A lei também afirma que cabe ao governo criar um sistema inclusivo em todos os níveis e modalidades da educação, ao mesmo tempo em que as escolas precisam ser melhoradas a ponto de oferecerem serviços e recursos que eliminem obstáculos e promovam a inclusão. Para isso, precisa existir um plano educacional voltado para as demandas das pessoas em idade escolar e com deficiência no país.

Apesar do que consta na lei, a realidade tem demonstrado a falta de recursos adequados para que as salas de aula sejam efetivamente inclusivas. E isso passa pela falta de materiais didáticos adaptados, tecnologias assistivas - inteiramente voltadas para pessoas com deficiência - e suporte profissional especializado. A inclusão eficaz exige que o corpo docente compreenda as nuances das diferentes necessidades de aprendizagem e saiba como adaptar sua abordagem de ensino. Também será necessário lidar com formas de preconceito, discriminação e estigma que podem surgir na escola.

Em resumo, ao pensarmos nas salas de aula é perceptível a necessidade de existir um equilíbrio cuidadoso entre as necessidades individuais dos alunos e a dinâmica da sala de aula. Por esse motivo, é fundamental que o professor não seja deixado sozinho. A oferta de cursos de formação continuada é um dever do Estado, o que deve ser feito preferencialmente em parceria com as universidades e seus especialistas no assunto. Além disso, é dever do Estado dispor de profissionais capacitados para o acompanhamento das pessoas com deficiência na escola.

Por fim, é preciso levar em consideração que a presença das pessoas com deficiência nas escolas é um direito e ponto final. E essa presença não é positiva só pra elas, pois a oportunidade de conviver com quem é diferente enriquece a vida dos jovens. Tudo isso pode contribuir para a construção de uma sociedade democrática.



O PODER E A RESPONSABILIDADE DE SER HISTORIADOR (A/E)

Um relato pessoal

Por Gabriel Erlacher Vidal Gomes

Um historiador não é só um profissional que vive sua vida com dedicação plena a estudos do passado, como muitas vezes é transmitido pelo popular. Pensar o presente também é uma preocupação do historiador. O profissional é mais do que os rótulos que são atribuídos pela sociedade em que vivemos. Ser historiador trás consigo uma grande importância em todas as etapas em que esse profissional está envolvido.

Todos os professores que passaram por minha vida tiveram sua importância, aprendi muito com todos mesmo não sendo o mais dedicado na maioria das vezes. Mas existiu apenas um que me fez ver o mundo de forma totalmente diferente: Meu professor de História - que tive a honra e a sorte de ter ele como docente desde o ensino Fundamental II até minha formação no Ensino Médio -, sempre nos ensinou como a História pode ser construída e moldada com passar do tempo, como não podemos crer em uma única verdade plena e que sempre, não importa quando, devemos questionar, buscar entender tudo que está em nosso entorno.

De acordo com o Google, o historiador é: 1. que ou aquele que se especializou em ou que escreve sobre história (ciência); historiógrafo; 2. que ou aquele que narra qualquer acontecimento. Isso não poderia ser resumido em apenas duas linhas, o historiador carrega consigo responsabilidades e deveres como profissional e como ser humano, creio que do pressuposto que a partir do momento em que nos tornamos historiadores ou nos ingressamos nessa batalha de conquista (ao diploma) embarcamos em conhecimentos tão significativos que tenho a absoluta certeza de que ninguém jamais sairá do curso de história, seja bacharelado ou licenciatura, da mesma forma que entrou. E um curso que transforma nossos sentimentos, nosso pensar. E adaptando uma frase de um jornalista esportivo em que acompanho Joelmir Beting, a meu ver resume essa profissão: "Explicar a emoção de ser historiador, a um historiador, é totalmente desnecessário. E a quem não é historiador, é simplesmente impossível". [homenagem ao dia do historiador, 19 de agosto]

PIBID ENTREVISTA

*Thábio Almeida da Silva,
Professor de Libras da UFJ*



Inclusão de pessoas surdas e a Língua Brasileira de Sinais!

Quando falamos a respeito da importância de a educação incluir a todos (as/es), não podemos nos esquecer das pessoas surdas. E uma das formas de promover essa inclusão é por meio do aprendizado da Língua Brasileira de Sinais, mais conhecida como LIBRAS. Conversamos sobre o tema com o professor Thábio Almeida da Silva, que é o profissional que ensina LIBRAS para diferentes cursos da UFJ. Ele é graduado em Letras pela UFSC, especialista em Docência do Ensino Superior e Libras e mestre em Educação para Ciências e Matemática pelo IFG.

Por Alanis Gomes Ferreira dos Santos

A: Qual sua avaliação sobre a inclusão das pessoas surdas no ensino brasileiro?

T: Apesar de toda dificuldade, a inclusão traz o surdo para dentro da sala de aula, para trabalhar com todos. Então, esses alunos, a gente traz através de pesquisas, que chegam a finalizar o processo básico de educação. Uma educação voltada para todos é muito importante, é importante também para o desenvolvimento do surdo. Só que a escola ainda não está preparada para receber os surdos, apesar de toda aquela dinâmica, um intérprete de libras, um profissional capacitado, que conhece as duas línguas, para acompanhar as aulas e passar tudo o que o professor fala para a língua de sinais e o questionamento do aluno para a língua portuguesa. Mas, além disso, tem outra questão envolvida que é a cultura ser diferente. Os professores ainda não têm esse conhecimento de como trabalhar com alunos surdos dentro da inclusão. Nas pesquisas, esses alunos chegam ao final do processo básico de educação, sem o mínimo de conhecimento favorável e várias lacunas, vários desconhecimento. Chegam na universidade e a gente fala assim: “como esse aluno chegou na universidade?” Porque a defasagem de conteúdo dele, a defasagem de conhecimento de mundo mesmo é muito grande, porque são 98% dessas crianças surdas, nascem em famílias de pais ouvintes, que não tem nenhum conhecimento acerca da língua de sinais. Então hoje, infelizmente, a inclusão dos alunos surdos não tem acontecido da forma que deveria acontecer, de uma maneira favorável.

A: Conta um pouco sobre sua experiência pessoal e acadêmica com a LIBRAS.

T: Não tinha para onde correr, lá na infância, eu tinha que ser um intérprete particular dos meus pais. Então, a aquisição da língua de sinais, aconteceu de forma natural, como toda criança no processo do balbucio. Durante todo esse processo, vivenciar isso, contribuiu para minha formação de hoje e, depois de fazer um curso de libras, fazer uma formação na área de libras e atuar como professor de libras. Atuei como intérprete de libras durante muitos anos, de 2005 até 2013, eu era intérprete de libras e também professor, em cursos de formação, em pós-graduação. Em 2013, saio da função de intérprete, e atuo exclusivamente como docente na universidade. Então, com toda essa experiência de vida eu pensava: “ah, bem, tem que interpretar para minha mãe essa notícia de jornal”. Chegando em casa, ao invés de poder brincar tinha que ficar interpretando. Trabalhando quase obrigatoriamente para minha mãe, para meu pai, e hoje é minha profissão. Contribuiu muito o conhecimento adquiridos nas pesquisas que hoje vou direcionando.

A: O que você vê como pontos negativos e positivos no desenvolvimento das políticas de inclusão das pessoas surdas?

T: Quando vem as primeiras políticas de inclusão, enquanto para a educação de surdos, no Brasil, o suporte legal que garante a inclusão de surdos nas escolas, são dois documentos: a lei 10.436 de 2002 e o decreto 5.626 de 2005. Eles datam esse suporte, enquanto inclusão de surdos em todas as esferas: educação, sociedade e saúde. São documentos também escritos por ouvinte, não tiveram a participação dos surtos. Então há algumas falhas que a gente vê em todo esse processo. E por conta disso, e pela falta dos surdos estarem presentes nesse processo, dando voz pra eles, que sentem na pele, eles que tem que dizer o que eles querem. Uma escola bilíngue é o ideal pois é um modelo que foi pensado por eles. Em qualquer discussão acerca de políticas voltadas à inclusão dos surdos, enquanto eles não estiverem presentes, a gente não vai conseguir desenvolver. A inclusão é falha, mas a política é boa. A forma como

ela é implementada aqui não é legal, falta um olhar com mais seriedade para isso. Tem a disciplina de formação docente, a gente vai, coloca, faz o núcleo livre, coloca todo mundo no mesmo balaio, são alunos da História, alunos da Geografia, alunos de Física e alunos do Português, além disso, alunos do curso de direito, enfermagem, medicina, agronomia. Mistura todo mundo numa turma só. Como eu preparo aquele professor de História? Como que eu vou preparar aquele professor de Português? Então não tem como, mas para a sociedade: “sabe que lá na UFJ tem a disciplina de Libras, nossa! Lá forma profissional para atender o aluno surdo”. Mas na verdade não, porque a forma que ela é alocada lá dentro não favorece, não é essa a proposta que os surdos queriam que fosse implementada, então isso é um tapa na cara da cultura surda, é um desrespeito pela luta da sociedade. Então é dessa forma que acontece, a política é boa, mas a forma que ela é colocada, não.

A: Quais ações poderiam ser debatidas para o aperfeiçoamento da inclusão escolar?

T: E chamar o outro. Vai discutir, tem que ter autoridades surdas participando. Hoje, no Brasil, nós temos mais de sessenta doutores surdos, então não pode dizer que não há. Temos que chama-los para pensar políticas, metodologias, tudo. Está relacionado ao surdo? Chame-o! PCDs têm um lema que fala assim: “nada de nós, sem nós, nem nada de mim, sem nada de vós”. Se vai ter uma pesquisa, tem que ter um surdo, ele tem que estar envolvido. Se é uma formação docente voltada para o ensino de surdos, esse é o objetivo da disciplina de libras, tem que ser uma disciplina com uma formação voltada para um surdo. Então carece mesmo de um conhecimento mais específico dos professores. A gente está, às vezes, atrás de um ponto que facilite a nossa vida. Mas o que facilita a vida? Nós aprendermos a língua de sinais, que é muito mais fácil do que eles aprenderem a falar. Por mais que o problema seja dele, temos que ser acolhedores. E preciso um olhar mais sério sobre as políticas que nós já temos e fazer acontecer, não somente “quebrar um galho”. Isso prejudica nossos alunos, prejudica todo o processo pessoal. O aluno surdo não prejudica o processo de inclusão da comunidade em questão do ensino no Brasil.

PIBIDIC@S

Indicação de materiais on-line que você ainda não sabia que precisava! É só clicar!



#1

O QUE? Filme No ritmo do coração (2021)

PORQUE? Mostra a vida de uma família em que apenas a filha mais nova não é surda

#2

O QUE? Documentário História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil

PORQUE? Pessoas com deficiência contam em detalhes a trajetória do movimento social

#3

O QUE? Curta-Documentário Diários da Ocupação - A Luta dos Secundaristas (2015)

PORQUE? Alunos, pais e representantes do poder público comentam movimento contra sucateamento da educação em São Paulo

POLAROID

I
B
I
D



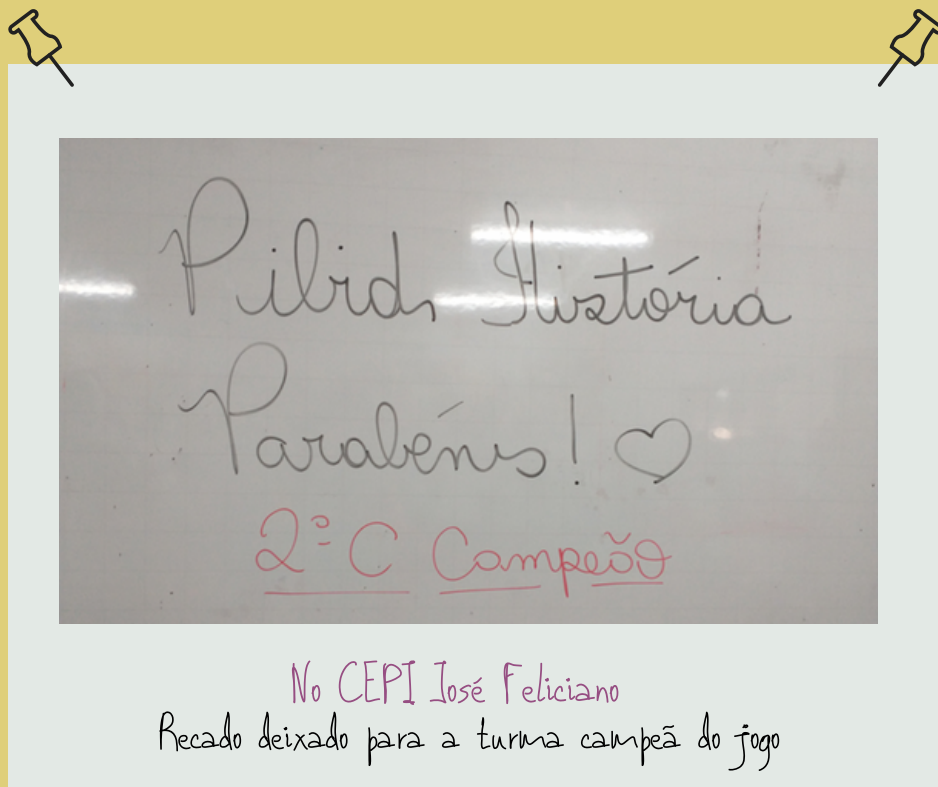
*Vem ver as atividades
do PIBID História em
retratos!*



*Atividade da redação da PibidZine
Pibidiana Alanis e professor Thábio após entrevista. O professor faz o gesto
universal das línguas de sinais.*



No CEPI José Feliciano
Pibidiana Leticia explica o jogo do dia



No CEPI José Feliciano
Recado deixado para a turma campeã do jogo



No CEPI José Feliciano
O tabuleiro do jogo elaborado pelas pibidianas



No CEPI José Feliciano
Pibidianas Thaylla e Aline junto com a professora Rosi

